

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A APLICAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA EDUCAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA LOA PARA O ANO DE 2019, REVISÃO DA LEI 5484/2005, DO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO E APLICAÇÃO DO PCCV REALIZADA NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2018, NA CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA.

Às 10:00h do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e dezoito, no Plenário da Câmara Municipal de Olinda, teve início a Audiência Pública para discutir a aplicação da dotação orçamentária da educação e adequação da LOA para o ano de 2019, revisão da lei 5484/2005, do estatuto do magistério e aplicação do PCCV. **O vereador Jesuíno Gomes de Araújo Neto (JESUÍNO ARAÚJO) assumiu a presidência e declarou aberta a Audiência Pública.** A mesa foi inicialmente composta pelas seguintes autoridades: Jesuíno Araújo (Presidente), Júlio César (Procurador do Município de Olinda), Rafaela Celestino (Representante da UFPE), Orácio Reis (Representante da Deputada Teresa Leitão), Paulo Rubens (Candidato a Deputado Estadual), Edilene Soares (Secretária Executiva de Educação), Carla Pereira (Representante do SIMPMOL). O Presidente registrou a presença do vereador Alexandre de Lima Freitas (IRMÃO BIÁ). **VEREADOR JESUÍNO ARAÚJO:** *“Bom dia a todos. Fomos convocados por alguns professores para que, pela Comissão de Educação daqui da Câmara, a gente pudesse fazer essa audiência e uma discussão. Na verdade, a gente, desde 2013, no meu primeiro ano de mandato, temos um trabalho de fiscalização de várias escolas do município de Olinda e encaminhando toda essa fiscalização e todo o levantamento que é feito em cada escola a gente encaminha tanto para a Secretaria de Educação como para o Prefeito. Na gestão passada a gente via uma situação na questão da estrutura das escolas, em algumas escolas encontramos situações muito graves, a exemplo da escola Claudino Leal lá em Tabajara, que, na época, o banheiro tanto o feminino quanto o masculino das crianças não tinham condições de entrar, inclusive, tinha banheiro que nem sanitário tinha. Então, fizemos o levantamento e essa escola para mim ficou na minha memória como uma das piores estruturas em termos de escolas na cidade de Olinda. Na época a gente encaminhou a denúncia ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas de toda a situação dessa escola. Na nova gestão do Prefeito Lupércio essa escola teve uma atenção especial. Hoje os banheiros estão com condições de entrar, a rampa de acesso aos deficientes também tem condição de deficiente passar por ela, pois antes não tinha e outras situações, principalmente na questão de estrutura, as salas com ventiladores quebrados, muito calor dentro das salas, os professores reclamando e algumas escolas, inclusive, a gente visitou a escola Ministro Marcos Freire, na época a gente via as salas, como eu digo, com um calor insuportável para os adolescentes, para os professores e hoje têm algumas salas já climatizadas. Foi encaminhado aqui para a gente a relação de algumas escolas que estão sendo reestruturadas, principalmente na climatização dessas escolas e a gente vai estar acompanhando todo esse processo. Ontem, a visita que a gente fez, vamos encaminhar para o Secretário as fotos que a gente tirou lá, com a relação do que a gente viu que ainda precisa ser resolvido e a gente sabe que em dois anos, a gente tem a consciência de que não se resolve o que ficou para trás, de dezesseis, vinte, trinta anos, mas precisa ter atenção. E a gente vê que a Prefeitura, o Prefeito, o Secretário de Educação Doutor Paulo tem dado uma atenção especial na questão de estrutura, mas a gente vai estar acompanhando sempre e vai estar encaminhando para eles o que a gente tem visto. Na questão da discussão da LOA, da lei 5484 e da aplicação do PCCV a gente precisa realmente se desdobrar, conhecer, de fato, o que realmente está acontecendo, o que realmente vem sendo aplicado e o que não vem sendo aplicado para que a gente possa começar uma discussão até mais ampla. Então, hoje a gente vai poder conhecer o que realmente está acontecendo. A gente já deu uma olhada na questão do PCCV, a gente sabe que em 2016 já era para ter virado e não aconteceu. Estamos chegando ao final de 2018 e já chega uma outra situação também. Então, a gente precisa que a Prefeitura dê a resposta e a gente espera que tenha uma resposta positiva, mas deixo aqui aos professores, aos sindicatos e a todos, que na questão da educação podem contar com o vereador Jesuíno aqui nesta Casa, a gente vai sempre estar aqui levantando a bandeira da educação, como a gente levanta a bandeira de algumas*

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

categorias, como os agentes de saúde, os agentes de endemias e a gente vai estar aqui para isso, para tentar defender o que estiver na lei para que a lei seja cumprida pelo Executivo.” O Presidente da audiência pública passou a palavra para a senhora Rafaela Celestino, que é representante da Cátedra José Martí, da UFPE. Ela afirmou que participa de grupos de estudos relacionados às condições de trabalho dos professores, acompanhando desde a trajetória no curso de pedagogia até a sua estada e permanência e sua vida como profissional nas diversas redes. A próxima a falar foi a professora Márcia Vieira. Ela fez uma apresentação de slides mostrando os principais pontos da lei federal 11.738/2008, que trata do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Ela também comentou a respeito da lei municipal nº 5.704/2010, que trata do plano de cargos, carreiras e vencimento do magistério de Olinda. Márcia Vieira mostrou um quadro detalhado que trata da receita do FUNDEB que é repassada para Olinda e evidencia que o Município recebeu cerca de 57 milhões de reais ao longo do ano de 2018. Em seguida, Márcia Vieira detalhou a quantidade de professores que trabalham na rede de ensino de Olinda e o gasto com folha de pagamento, que fica em torno de 4,6 milhões de reais mensais. Ela seguiu dizendo que não teve acesso claro ao quantitativo e alocação dos profissionais tanto efetivos quanto os contratados da rede de ensino. Por fim, ela afirmou que o quadro de remuneração deveria ter sido implantado desde 2016 e ainda não foi atualizado, fazendo com que os professores não recebam os salários referentes às respectivas classes e faixas em que se encontram no PCCV. O Presidente da audiência pública passou a palavra novamente para a senhora Rafaela Celestino. Ela enfatizou alguns pontos que devem ser alterados para melhorar e atualizar o PCCV dos professores da rede de ensino de Olinda. Rafaela também destrinchou conceitos da Lei federal 11.738/2008, da lei municipal nº 5.484/2005 e da lei municipal nº 5.704/2010 (PCCV), todas relacionadas ao magistério. Seguindo com a audiência pública, o Jesuíno Araújo passou a palavra para o senhor Orácio Reis, representante da Deputada Teresa Leitão. Orácio afirmou que a lei exige que os recursos do FUNDEB sejam aplicados em, no mínimo, 60% para o pagamento dos profissionais do magistério. Falou também que um percentual de outros impostos municipais podem ser utilizados para gastos na área da educação. Ele comentou sobre a diferença que deve ser feita entre o piso salarial e o vencimento dos profissionais da educação. Finalizou discutindo sobre os percentuais salariais do PCCV que devem ser respeitados e pagos corretamente pela Prefeitura. Seguindo com a audiência pública, o Presidente Jesuíno Araújo passou a palavra para a senhora Carla Pereira, representante do SIMPMOL. Ela afirmou que está ali representando a categoria dos professores, que são iguais a ela. Falou que está ali para defender o direito e a lei, que não se discutem, se cumprem. Carla afirmou que o Município de Olinda descumpre há anos direitos e leis. Ela reclamou que a Prefeitura não paga as gratificações que os coordenadores pedagógicos têm direito. Enfatizou que a Prefeitura promoveu um achatamento dos salários do PCCV, fazendo com que os professores que têm mais de cinco anos de serviço no município recebam os mesmos valores de professores que estão na primeira matriz da tabela de vencimentos do PCCV. Finalizou dizendo que a categoria busca a reformulação do PCCV há dez anos e não vê retorno nem interesse da Prefeitura nesse assunto. Seguindo com a audiência pública, Jesuíno Araújo passou a palavra para o senhor Paulo Rubens. Ele falou que as audiências públicas deveriam ocorrer sistematicamente pela necessidade de discussão com a sociedade desses assuntos importantes e não apenas como mera faculdade da realização de tais audiências. Ele afirmou que durante o seu mandato como Deputado Federal trabalhou constantemente na aprovação de leis que pudessem melhorar a qualidade e investimento na educação pública. Paulo Rubens disse que o Conselho Municipal do FUNDEB deveria estar participando da presente audiência pública para enriquecer o debate a respeito da educação do município de Olinda. Ele comentou que em vários municípios do estado de Pernambuco foi verificado que os recursos do FUNDEB estão sendo utilizados para pagamento de funcionários que não fazem parte dos quadros de professores, o que é irregular. Paulo Rubens seguiu explicando como são feitos os repasses federais e estaduais para o FUNDEB e como devem ser utilizados pelos municípios. Ele seguiu reclamando dos municípios que dão incentivos fiscais às

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

universidades privadas para garantir matrículas, criando o PROUNI municipal e afirmou que a obrigação dos municípios é a garantia da educação até a nona série da educação fundamental. Paulo Rubens explicou a emenda constitucional 95. Seguindo com a audiência pública, Jesuíno Araújo passou a palavra para a senhora Edilene Soares, Secretária Executiva de Educação. Ela afirmou que a Prefeitura tem uma proposição de reformulação do estatuto do magistério, que será discutida com a categoria e com o sindicato. Edilene Soares comentou sobre as questões levantadas a respeito da progressão horizontal e vertical no PCCV e também da antiguidade e merecimento como formas dessa progressão. Ela disse que é necessário que se organize uma comissão para que ocorra uma discussão entre a categoria dos professores e o Governo e para que haja um consenso e que se chegue a um acordo quanto a essa questão tanto do estatuto do magistério quanto do PCCV. Ela seguiu comentando sobre a infraestrutura das escolas do município e disse que a Prefeitura está trabalhando para melhorar esse quesito. O vereador Jesuíno Araújo perguntou à senhora Edilene Soares se essa comissão já estava formada e se já havia um prazo para que essas leis do magistério municipal fossem readequadas e colocadas em vigor. Edilene Soares afirmou que a comissão ainda não estava formada e ainda não havia prazo algum para discussão das leis em questão. Seguindo com a audiência pública, o Presidente Jesuíno Araújo passou a palavra para o senhor Fabiano Melo, representante da Secretaria de Planejamento de Olinda. Ela afirmou que o texto da LOA de 2019 já contempla uma margem de expansão para aumento de gastos com pessoal, tanto de servidores como um todo como também de professores. Fabiano Melo leu o trecho do artigo 20 do projeto da LOA para confirmar e esclarecer o que ele disse anteriormente. Ele seguiu falando que a Prefeitura pretende aplicar para manutenção e desenvolvimento do ensino 28% da arrecadação de impostos e de receitas de transferências. A legislação exige que essa aplicação deva ser de, no mínimo, 25%. Fabiano Melo também comentou sobre os valores recebidos via FUNDEB e que 100% desses valores estão sendo utilizados para pagamento de pessoal da educação. Seguindo com a audiência pública, o Presidente passou a palavra para a senhora Marileide Souza. Ela afirmou que Olinda não possui um conselho do FUNDEB, apenas uma câmara do conselho municipal de educação de Olinda. Marileide falou que o Tribunal de Contas de Pernambuco determinou em 2015 que fosse criado o conselho do FUNDEB em Olinda e até hoje o referido conselho não foi criado. Ela comentou que a câmara do conselho municipal não funciona e que as pessoas não conseguem obter as informações referentes às contas do FUNDEB. A seguir, a senhora Maria do Carmo Oliveira falou. Ela disse que é educadora do Município de Olinda há vinte e cinco anos. Ela seguiu falando que foi extremamente prejudicada pela falta de reajustes da carreira, falta de valorização e congelamento da progressão do PCCV. Maria do Carmo afirmou que é coordenadora, exerce essa função técnica e não recebe uma gratificação por isso. Ela também falou que, como representante do Fórum da educação, pede que os materiais entregues aos alunos sejam de melhor qualidade. Pediu também que a gestão providenciasse brinquedos para que as crianças pequenas brincassem e interagissem nas creches e escolas infantis. Seguindo com a audiência pública, Jesuíno Araújo passou a palavra para o senhor Júlio César, Procurador do Município de Olinda. Ele convidou todos para que no dia 07 de novembro fosse feita uma reunião para discutir os pontos importantes quanto às reivindicações dos professores, juntamente com o sindicato, os vereadores e a gestão municipal. O vereador Jesuíno Araújo afirmou que acompanhará todo esse processo de negociação entre a gestão e a categoria dos professores, agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública. E como mais nada constou, lavrou-se a presente ata que será assinada pelo Presidente.



Jesuíno Araújo - Presidente